



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

000095

PROJETO BÁSICO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de recuperação emergencial da ponte na comunidade Joana Peres afetadas em decorrência da crise humanitária após um vendaval no município de Baião/PA.

Natureza: Serviços comuns de engenharia, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

Quantitativos: O quantitativo dos itens foi definido de acordo com o recurso liberado através do convenio nº 59052.034402/2025-10, conforme a Análise de metas - Resposta;

Prazo do Contrato: O contrato terá duração máxima de 1 (um) ano, sem possibilidade de prorrogação, conforme determina o artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA

O vendaval ocorrido em 22 de janeiro de 2025 causou o **colapso parcial da ponte** que liga a comunidade ribeirinha Joana Peres à sede do município. A ocorrência foi formalmente reconhecida como **situação de emergência** pelos seguintes atos:

- Decreto Municipal nº 003/2025 – GP;
- Portaria Federal MIDR nº 358/2025.

O colapso comprometeu a única via de acesso de aproximadamente **650 pessoas**, afetando diretamente:

- Transporte escolar;
- Abastecimento de alimentos e medicamentos;
- Escoamento da produção extrativista (açaí, castanha, pescado);
- Atendimento médico e circulação de urgência.

A **inviabilidade de aguardar processo licitatório convencional** justifica a **contratação emergencial**, para preservar vidas, bens e a integridade da infraestrutura, conforme previsto no art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme estudos realizados pela equipe de engenharia municipal, os serviços a serem executados compreendem:

Contenção e estabilização da margem

- Execução de **Rip Rap** com solo-cimento ensacado (sacos de 25 kg);
- Terraplenagem, escavação e compactação da base;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

000096

- Regularização e proteção vegetal (grama esmeralda).

Sistema de drenagem

- Tubulação de concreto Ø 1,00 m (manilhas);
- Caixas de captação em alvenaria;
- Reaterro, berço de areia e estruturas de dissipação.

Ponte

- **Reforço estrutural** em concreto armado das fundações remanescentes;
- Reconstrução parcial do tabuleiro (estrutura superior);
- Guarda-corpos e defensas laterais.

Acabamento

- Plantio de grama;
- Sinalização de segurança;
- Limpeza final da área de intervenção.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

- Comunidade Joana Peres, zona ribeirinha, Município de Baião – Pará.
- Coordenadas aproximadas: **-3.014437, -49.748006**

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para conclusão dos serviços será de até **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da **ordem de início emitida pela Administração**.

6. VALOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

- **Valor total estimado: R\$ 71.188,88 (setenta e um mil cento e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos)**
- **Base de composição:** SINAPI 01/2025 – PA, SICRO3 01/2025 – PA, SEDOP 02/2025, SEINFRA/CE - 028
- **Incluso BDI** de 28,82%
- Pesquisa de mercado anexa comprova compatibilidade com os preços praticados, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Pagamento mediante **medições mensais**, conforme cronograma físico-financeiro;
- Apresentação de nota fiscal, atestado de execução e regularidade fiscal;
- Pagamento em até **30 dias após aprovação da medição**.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

000097

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as



000098

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação; Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato; arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando for o caso;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso.

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre, quando for o caso.

Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas nesse Termo de Referência, em plena validade, quando for o caso.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável. Atender as exigências constantes nesse Termo de Referência.



000099

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Apresentar **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica);

- Manter equipe técnica qualificada e equipamentos em condições de uso;
- Garantir a **execução de todos os serviços conforme especificações técnicas**;
- Responsabilizar-se por **danos causados a terceiros ou ao meio ambiente**.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão responsável do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

000100

caso.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Atender as exigências constantes nesse Termo de Referência.

10. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será realizada pelo **Eng. REINALDO PATRICK RIBEIRO SAMPAIO**, CREA nº CREA: 151195798-0; designado pelo Gestor do Município o qual acompanhará a execução por meio de:

- Relatórios de visita técnica;
- Aprovação das medições;
- Verificação da conformidade dos serviços.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação institucional – 02.06 – Sec. Executiva de Infraestrutura

Classificação funcional – 15.451.0009.1.055 – Construção e/ou Recuperação de Pontes

Classificação econômica – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Subelemento – 44.90.51.92 – Benfeitorias e instalações

Fonte de recursos – 1500.0000 – Recursos Não vinculados de impostos

Fonte de recursos – 1700.0000 – Outros Convênios da União

Fonte de recursos – 1749.0000 – Outras Vinculações de Transferências

Classificação institucional – 02.09 – Sec. Executiva Defesa Social

Classificação funcional – 04.122.0002.2.049 – Manutenção da Sec. Exec. de Defesa Social

Classificação econômica – 33.90.32.00 – Material, bem ou serv.p/distrib. gratuita

Subelemento – 33.90.32.99 – Outros Materiais de Dist. Gratuitas

Fonte de recursos – 1700.0000 – Outros Convênios da União

Fonte de recursos – 1749.0000 – Outras Vinculações de Transferências

Classificação institucional – 02.09 – Sec. Executiva Defesa Social

Classificação funcional – 04.122.0002.2.049 – Manutenção da Sec. Exec. de Defesa Social

Classificação econômica – 33.90.30.00 – Material de consumo

Fonte de recursos – 1500.0000 – Recursos Não vinculados de impostos

Fonte de recursos – 1700.0000 – Outros Convênios da União

Fonte de recursos – 1720.0000 – Tranf. Petróleo e Gás-FEP 9478/97

Fonte de recursos – 1749.0000 – Outras Vinculações de Transferências



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fonte de recursos – 1750.0000 – CIDE

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro: Infrações Administrativas: A CONTRATADA comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao:

- I) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- II) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III) Fraudar na execução do contrato;
- IV) Comportar-se de modo inidôneo;
- V) Cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo: Sanções: Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- I) Advertência por escrito, para faltas leves que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II) Multa;
- III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

Parágrafo Terceiro: Aplicação Cumulativa: As sanções previstas nos subitens "I", "III" e "IV" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Parágrafo Quarto: Empresas ou Profissionais: Ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021 as empresas ou profissionais que:

- I) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto: Processo Administrativo: A aplicação de qualquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

Parágrafo Sexto: Dedução e Recolhimento: As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Baião, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.



000102

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Parágrafo Sétimo: Prazo para Recolhimento: Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Oitavo: Cobrança Judicial: Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

Parágrafo Nono: Critérios para Aplicação: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13. DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro: A vigência do contrato será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, submetidas ao que determina a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021), especialmente no que concerne aos prazos de execução contratual.

14. DO FORO

Parágrafo Primeiro: Fica eleito o Foro da cidade de Baião/Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato.

Baião, 10 de junho de 2025.

JOSE AUGUSTO
PEREIRA

CORREA:99674092234

Assinado de forma digital
por JOSE AUGUSTO
PEREIRA

CORREA:99674092234

JOSE AUGUSTO PEREIRA CORRÊA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, OPERACIONAL E ALMOXARIFADO
PORTARIA Nº 450/2025-GP